

A DIALÉTICA DA ACUMULAÇÃO E AS CRISES DO CAPITALISMO

Otto Alcides Ohlweiler*

1 — O movimento da taxa de lucro

A acumulação do capital sendo uma continuada adição de mais-valia ao capital preexistente significa que o ritmo da valorização do capital dependerá da maior ou menor rentabilidade do capital investido na produção. Ao calcular a rentabilidade do capital investido, o empresário compara a mais-valia (m) obtida num determinado período com o custo de produção, que é a soma do capital constante (c) e do capital variável (v) investidos em meios de produção e força de trabalho, respectivamente, no mesmo período. Essa comparação da mais-valia com o capital global (c + v) investido na produção introduz a categoria econômica da taxa de lucro (r), que pode ser representada pela seguinte equação:

$$r = \frac{m}{c + v} \quad (1)$$

A referida categoria é, pois, um indicador da rentabilidade do capital global aplicado na produção. Um tratamento matemático relativamente simples permite relacionar a taxa de lucro a duas outras categorias econômicas: a taxa de mais-valia (m/v), que relaciona a mais-valia com o capital variável; e a composição orgânica do capital (c/v), que relaciona o capital constante com o capital variável. De fato, se na equação (1) dividirmos tanto o numerador quanto o denominador por v e, então, efetuarmos as operações pertinentes, resultará:

$$\text{Taxa de lucro (r)} = \frac{m/v}{(c/v) + 1} \quad (2)$$

Assim, a taxa de lucro é uma função de duas variáveis: a taxa de mais-valia (m/v) e a composição orgânica do capital (c/v). Mais precisamente, a taxa de lucro é diretamente proporcional à taxa de mais-valia e inversamente proporcional a (c/v) + 1. Portanto, o movimento da taxa de lucro depende dos efeitos combinados das variações dos dois

* Professor titular da UFRGS e Escritor.

mencionados fatores. Então, podem ser previstas as seguintes possibilidades gerais: a) se a composição orgânica do capital se mantiver inalterada, o movimento da taxa de lucro será ascendente ou descendente, conforme a taxa de mais-valia aumente ou decresça; b) se a taxa de mais-valia, por sua vez, se mantiver constante, então o movimento da taxa de lucro será ascendente ou descendente, conforme a composição orgânica do capital decresça ou cresça; c) e, finalmente, se tanto a taxa de mais-valia como a composição orgânica do capital sofrerem variações, os efeitos respectivos sobre a taxa de lucro combinar-se-ão nos termos da equação (2).

A taxa de mais-valia constitui-se no elemento fundamental na determinação da lucratividade do capital e, portanto, do processo de acumulação. A magnitude da taxa de mais-valia é que, para uma certa composição orgânica do capital, determina a taxa de lucro. Os esforços da classe capitalista no sentido de incrementar a taxa de mais-valia — isto é, o grau de exploração da força de trabalho — sempre encontraram a resistência velada ou ativa da classe operária, de sorte que aquele objetivo do patronato depende, concretamente, da correlação das forças de classe entre a burguesia e o proletariado e, por conseguinte, do poder do movimento operário tanto no plano econômico como no político. Enquanto prevaleceu o regime da acumulação extensiva à base da geração da mais-valia absoluta, o prolongamento da jornada de trabalho era o meio principal para assegurar a lucratividade do capital. A essência da luta de classes no século XIX girava em torno da duração da jornada de trabalho e das condições de trabalho nas fábricas. Árduas lutas de quase três séculos foram necessárias para que o movimento operário conseguisse a aprovação de legislações sobre o trabalho incorporando as reivindicações da classe em maior ou menor extensão. No capitalismo avançado, a acumulação extensiva via mais-valia absoluta foi substituída, essencialmente, pela acumulação intensiva via mais-valia relativa. O capital, enquanto impossibilitado de expandir-se às custas da taxa de mais-valia absoluta, tratou de ampliar a base de sua valorização, recorrendo a uma maior taxa de mais-valia relativa, mediante a introdução de inovações tecnológicas incrementadoras da produtividade do trabalho. É certo que ao uso de semelhantes tecnologias pode associar-se uma elevação da composição orgânica do capital, que pressiona a taxa de lucro para baixo, mas esse aspecto do problema será analisado mais adiante.

Posto que os esforços da classe capitalista no sentido de incrementar a taxa de lucro por meio da intensificação do grau de exploração do trabalho encontram invariavelmente a resistência por parte da classe operária, o patronato pode eventualmente aumentar a taxa de

mais-valia lançando mão de processos alternativos que não impliquem um confronto direto com o conjunto do movimento operário. É o caso da superexploração de certos segmentos específicos do proletariado circuns-tancialmente mais vulneráveis por motivos variados, por exemplo, as categorias de trabalhadores constituídas de minorias étnicas oprimidas ou da força de trabalho feminina. Nos Estados Unidos, a conjugação dos efeitos do racismo e do "status" feminino dá lugar a uma estranha hierarquia de assalariados na seguinte ordem decrescente: trabalhadores brancos → trabalhadores negros → trabalhadoras brancas → trabalhadoras negras. No segundo pós-guerra, durante o longo período de prosperidade, várias economias capitalistas recorreram a certas reservas de mão-de-obra, em escalas regionais ou mesmo mundiais, formadas por contingentes humanos que, por seu isolamento no novo meio, podiam ser facilmente submetidos a condições de superexploração pelo capital. É o caso dos trabalhadores provindos de regiões economicamente atrasadas ou possuindo reservas maciças de mão-de-obra, atraídos para as me-trópoles capitalistas mais avançadas: por exemplo, turcos para a Alemanha Ocidental, argelinos para a França, porto-riquenhos, mexicanos, etc. para os Estados Unidos, etc. Obviamente, a presença da força de trabalho mal-remunerada dessas categorias baixa o salário nominal de referência e, portanto, eleva a taxa da mais-valia. Os baixos salários atribuídos aos trabalhadores discriminados aviltam o salário em geral.

O capital também pode reforçar o grau de exploração do trabalho recorrendo a diferentes mecanismos na esfera da circulação. Sempre que possível, o capital trata de rejeitar os custos dos serviços que integram o "salário indireto", essenciais para garantir a restauração e a reprodução da força de trabalho, tais como os referentes à saúde, ao ensino, à habilitação profissional, etc. Ainda na esfera da circulação, o capital pode retomar, através do mecanismo de administração dos preços pelos monopólios, uma parte importante dos salários pagos aos operários; é que a extração da mais-valia na esfera da produção através do contrato salarial pode somar-se a apropriação indireta de mais-valia na esfera da circulação, mediante a imposição dos preços de monopólio. Finalmente, a inflação é outro meio que permite subtrair dos trabalhadores assalariados uma parte das suas rendas em benefício do capital. Nesse sentido, a inflação é verdadeiramente um mecanismo de extração de mais-valia absoluta, pois ela ocasiona uma modificação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente através da redução absoluta do consumo dos trabalhadores (Guillén, 1981, p.243).

Nos dias atuais, os esforços do capital em busca de mão-de-obra barata e abundante com vistas à obtenção de uma mais elevada taxa de

lucro também se manifestam no deslocamento da base da formação da mais-valia desde os países industrializados em direção à periferia. Esse movimento do capital persegue uma mais elevada taxa de lucro e, portanto, maiores facilidades para o processo de valorização do capital. Ele se processou a ritmo acelerado depois da II Guerra Mundial, gerando um notável surto de atividade industrial em numerosos países, especialmente na Ásia e na América Latina. Mesmo em nossos dias, já sob o signo da integração dos países da Comunidade Econômica Européia, são inúmeros os casos de corporações alemãs e francesas, por exemplo, que instalam novas fábricas na Espanha, atraídas pelos baixos custos salariais. Todavia não podemos deixar de observar que essas fontes de superexploração do trabalho tendem a um progressivo esgotamento, à medida que os grandes diferenciais da remuneração salarial vão sendo progressivamente estreitados em virtude do crescimento e da luta da classe trabalhadora assalariada. De um ponto de vista ainda mais amplo, há que se levar em conta que a internacionalização do capital conduz a uma certa homogeneização da produção, inobstante a permanência de diferenciais tecnológicos e de laços de dependência.

Como vimos, quanto ao efeito da variação da taxa de mais-valia na determinação da taxa de lucro, os interesses das unidades de capital são homogeneamente voltados para o incremento do grau de exploração do trabalho. Segundo Marx, no caso, os capitalistas "(...) formam entre si uma verdadeira maçonaria frente à classe operária" (Marx, 1931, p.1099). Já com respeito à incidência da composição orgânica do capital na determinação da taxa de lucro, Marx situa os capitalistas como "meios irmãos" dentro da concorrência (Marx, 1931, p.198). Marx também se refere muito freqüentemente à substituição de "trabalho vivo" (operários) por "trabalho morto" (máquinas). Portanto, a questão que colocamos é verificar como essa tendência à negação do "trabalho vivo" pelo "trabalho morto" se reflete no movimento da composição orgânica do capital. Nos primórdios do capitalismo, enquanto ainda não se generalizara o uso das máquinas, a composição orgânica do capital permanecia virtualmente inalterada; praticamente, todo incremento da produção resultava de correspondentes aumentos do capital variável e do capital constante numa mesma proporção. Porém, a partir do momento em que teve início a maquinização da produção capitalista, os operários foram sendo, em crescente proporção, substituídos por máquinas, movimentadas por energias de fontes externas, portanto, poupadoras de mão-de-obra.

A tendência à substituição do "trabalho vivo" por "trabalho morto" é o resultado de um processo marcado, de um lado, pelo desenrolar da luta entre o capital e o trabalho e, de outro, pela competição intercapitalista no mercado. a) Em primeiro lugar, os capitalistas são

levados a poupar capital variável ("trabalho vivo") mediante sua substituição por capital constante ("trabalho morto") em resposta à resistência dos operários à exploração patronal. Trata-se de uma propensão que toma a feição de uma corrida por inovações tecnológicas, as quais, uma vez adotadas no processo de produção, redundam em poupança de mão-de-obra e em uma maior produtividade do trabalho. No caso, os capitalistas apelam para as inovações tecnológicas em razão de que as máquinas, ao contrário dos operários, que se organizam para resistir à exploração capitalista, não criam obviamente empecilhos dessa ordem. Trata-se, pois, de um processo histórico-social diretamente vinculado ao desdobramento da luta de classes. b) Em segundo lugar, os capitalistas voltam-se constantemente para a utilização de inovações tecnológicas mais avançadas no processo produtivo, motivados pela concorrência intercapitalista. Aí, o objetivo dos capitalistas é o barateamento do custo de produção de suas mercadorias frente a seus rivais no mercado. É que, no contexto da competição entre as distintas unidades de capital, as que efetivamente conseguem se afirmar no mercado são aquelas que se mostram capazes de saltar à frente das demais, ampliando as escalas de produção, diversificando as atividades produtivas e, sobretudo, introduzindo inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra e que ajudam a diminuir os custos salariais e os de produção em geral.

A substituição de capital variável por capital constante, na medida em que isso determina uma elevação da composição orgânica do capital, implicará um estreitamento da base técnica de sustentação do processo de valorização do capital. Em geral, os autores de orientação marxista acham que as inovações tecnológicas que privilegiam o incremento da produtividade do trabalho e a acumulação via mais-valia relativa tendem, historicamente, a conjugar uma inversão cada vez maior de capital constante em relação ao capital variável. Em princípio, não se pode pretender que a composição orgânica do capital deve aumentar continuamente em qualquer circunstância. É que, no contexto de um novo padrão tecnológico envolvendo máquinas motrizes e fontes de energia mais avançadas, enquanto as inovações de base pertinentes ainda se encontram na fase preliminar de difusão, se observam tanto poupanças de capital constante como de capital variável; então, logicamente, a composição orgânica do capital pode permanecer inalterada ou, mesmo, baixar temporariamente. Todavia, a partir do momento em que as potencialidades do padrão tecnológico vigente começam a se esgotar, não mais possibilitando senão certas inovações de aperfeiçoamento, cria-se o que Mensch chamou de "impasse tecnológico", apenas passível de superação através de um novo pacote de inovações de base, ou seja, de um novo padrão tecnológico mais avançado (Mensch, 1975, p.16). Até que

isso efetivamente ocorra, a elevação da composição orgânica do capital pode se tornar crítica do ponto de vista da acumulação do capital; principalmente, se os efeitos daí decorrentes com respeito à lucratividade do capital não puderem ser compensados por uma intensificação da taxa de exploração do trabalho, uma questão que tem de ser resolvida entre o capital e o trabalho no plano da luta de classes.

2 — A lei tendencial da queda da taxa de lucro

Se a produção capitalista tem como fim a valorização do capital, torna-se crucial verificar em que medida suas contradições inerentes podem afetar o processo de acumulação. Essa questão é exatamente objeto da chamada **lei tendencial da queda da taxa de lucro**, originariamente formulada por Marx no Livro III de *O Capital*. A referida lei tem um caráter tendencial porque o movimento da taxa de lucro não é uma decorrência de forças econômicas inelutáveis. Em princípio, não há razões suficientes para postular que o movimento da taxa de lucro decresce, historicamente, uma continuada linha descendente; não existem para tanto evidências empíricas e tampouco base teórica.

Reiterando o caráter dialético da questão, diremos mais uma vez que o movimento da taxa de lucro é o resultado de uma conjunção dos efeitos das variações relativas de dois fatores: a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital. De um ponto de vista estático, a lei tendencial da queda da taxa de lucro significaria que, enquanto o capitalismo se desenvolve, a taxa de lucro deve decrescer em virtude da elevação da composição orgânica do capital. Na verdade, o movimento da taxa de lucro depende do efeito das inovações tecnológicas sobre a relação entre as duas partes constitutivas do capital, o capital constante (c) e o capital variável (v); de fato, um aumento da relação c/v, que define a composição orgânica do capital, pressiona a taxa de lucro para baixo. A primeira observação a fazermos a respeito é que aquele efeito só se traduzirá numa taxa de lucro mais baixa se a taxa de mais-valia se mantiver invariante ou, embora se eleve, não chegue a anular o efeito declinante da elevação da composição orgânica do capital. Ademais, a fixação da taxa de mais-valia é uma questão que se resolve no plano da luta de classes, segundo a correlação das forças do patronato e do proletariado dos pontos de vista econômico, político e ideológico.

Quanto à variação da composição orgânica do capital, sabe-se que as unidades de capital tratam de se afirmar frente a suas rivais ante-

cipando-se na adoção de novas tecnologias incrementadoras da produtividade do trabalho, embora, contra suas vontades, as respectivas decisões nesse sentido possam integrar-se em escala social, determinando uma elevação da composição orgânica do capital. No âmbito de um determinado padrão tecnológico, enquanto vão sendo introduzidas "inovações de base" e prevalecem condições favoráveis à intensificação do grau de exploração da força de trabalho via mais-valia relativa, a composição orgânica do capital pode, eventualmente, decrescer; então, a taxa de lucro pode manter-se estabilizada ou, mesmo, aumentar. Todavia, quando as potencialidades do padrão tecnológico já se acham em vias de esgotamento e somente é ainda possível a incorporação de inovações de racionalização da produção, então a intensificação do grau de exploração do trabalho se torna progressivamente mais crítica tanto do ponto de vista técnico como da luta de classes, de sorte que a composição orgânica do capital tenderá, de fato, a elevar-se; o resultado será o declínio da taxa de lucro.

A análise do movimento da taxa de lucro não pode dispensar a consideração de alguns fatores agravantes da tendência declinante. No desenvolvimento da economia capitalista, uma parte cada vez maior da mais-valia gerada no setor produtivo é deslocada para fora da sua área original, a fim de assegurar a lucratividade de capitais investidos em atividades improdutivas — isto é, que não produzem mais-valia — ou para apenas sustentar certos tipos de rendas. Senão, vejamos.

Já Marx analisou, por exemplo, as implicações da renda da terra na determinação da taxa de lucro. A renda territorial absoluta é parte da mais-valia criada pelo trabalho não pago, extorquido aos assalariados agrícolas. A parte excedente dessa mais-valia sobre o lucro médio, assegurada pela prevalência de uma menor composição orgânica do capital no setor da agricultura em comparação com a do capital industrial, é que se constitui na renda absoluta. Trata-se de um verdadeiro tributo que o estatuto da propriedade privada impõe ao lucro do capital industrial (Marx, 1931, p.1417). Não fosse o monopólio da terra, o montante desse tributo seria repartido entre todos os capitalistas e, conseqüentemente, entraria na formação da taxa média de lucro. Isso significa que a renda imposta pelo monopólio da terra baixa o nível da taxa média de lucro.

Marx também examinou a implicação da função econômica exercida pelas chamadas "terceiras pessoas" no processo da acumulação. Com tal expressão Marx queria referir-se ao círculo de pessoas em que ele pitorescamente incluía "o rei, o sacerdote, a prostituta, o professor, o soldado raso". Mais circunspectamente, a categoria inclui os funcio-

nários públicos, os militares, os rentistas e ainda, enquanto exercem suas atividades como profissionais liberais, os médicos, os advogados, etc. Esses agentes não incrementam a massa de mais-valia e, nesse sentido, são improdutivos. Os serviços profissionais prestados pelas "terceiras pessoas", por mais valiosos que sejam, não se corporificam em mercadorias. E, quando elas próprias têm de consumir mercadorias, ficam na dependência dos que participam do processo de produção. Nesse sentido, "(...) suas rendas derivam materialmente do salário (dos trabalhadores produtivos), do lucro e da renda da terra, aparecendo frente a tais rendas originárias como rendas derivadas" (Marx, 1931, p.445). Essas pessoas são consumidoras, sem serem produtoras. E, com seu consumo — enquanto esse não tenha lugar às custas da classe operária —, a mais-valia, fonte disponível para a acumulação, diminui correspondentemente. As "terceiras pessoas" oferecem, como equivalente às mercadorias de que necessitam, uma certa prestação de serviços, que, entretanto, não contribui para a acumulação do capital. Em outras palavras, o consumo das "terceiras pessoas" diminui o fundo de acumulação e, desse modo, afeta negativamente o processo de valorização.

Nas atuais condições do capitalismo monopolista, expandiram-se enormemente os gastos capitalistas nos setores improdutivos — comércio, finanças, publicidade, etc. —, que participam da distribuição da mais-valia sem, entretanto, entrar na produção da mesma. Vejamos como se apresenta particularmente o caso do capital comercial e seus agentes. O capital comercial desempenha, sem dúvida, uma função auxiliar necessária ao capital industrial. Contudo cabe salientar que o capital comercial entra na nivelção da taxa de lucro, pois o lucro comercial aparece como uma dedução do lucro do capital industrial gerador da mais-valia. Daí que, quanto maior a massa do capital comercial em comparação com o capital industrial, tanto mais será rebaixada a taxa média de lucro. Por outro lado, com o desenvolvimento da produção capitalista e a correlata universalização do mercado, ampliou-se grandemente o número de agentes comerciais ocupados como empregados. A remuneração desses agentes tem a forma de salário, mas ela difere do capital variável adiantado pelo capitalista industrial ao comprar a força de trabalho geradora da mais-valia. Os salários pagos na esfera comercial não incrementam a mais-valia, pois aí se trata de uma remuneração paga a um trabalhador empenhado apenas na realização de valores já produzidos. A lucratividade do capital investido nas atividades comerciais e os salários pagos no setor advêm da repartição da mais-valia gerada no setor produtivo entre as várias frações da burguesia. Isso, naturalmente, reduz a massa de capital disponível para a contratação de assalariados produtivos e, portanto, restringe a taxa média de lucro. Em suma, diminui a taxa de valorização do capital global e, nessa medida, reforça a tendência declinante da taxa de lucro.

Considerações semelhantes podem ser formuladas com respeito às demais áreas improdutivas do capital (finanças, seguros, publicidade, etc.). Mas, nas atuais condições do capitalismo, ainda crescem outros fatores agravantes da tendência declinante da taxa de lucro, que devem ser levados em conta. Por exemplo, na grande e complexa empresa industrial moderna já não subsiste a clássica figura do capitalismo individual dirigindo seu próprio negócio. A gerência das grandes corporações é exercida por um "coletivo capitalista" composto de altos "funcionários do capital". Então, a mais-valia, que antes era apropriada pelo capitalista individual, é agora também usada para remunerar esses funcionários administrativos. Afora essas novas funções administrativas, é preciso levar em conta toda uma grande variedade de gastos relacionados com a integração e a monopolização da produção capitalista: as campanhas publicitárias, as promoções para a conquista e o domínio dos mercados e uma enormidade de gastos administrativos. Colocada a questão para o conjunto da economia, todos esses gastos improdutivos, que se expandiram cada vez mais nas últimas décadas, são custeados com a mais-valia gerada no setor produtivo. Esses gastos improdutivos, embora muitos deles se tenham imposto como socialmente necessários para a produção capitalista, representam uma dedução da mais-valia gerada no setor produtivo. Como tal, tais gastos reduzem a taxa de mais-valia líquida e, correspondentemente, também a taxa de lucro líquida. Uma maneira alternativa de avaliar a incidência dos gastos improdutivos subtraídos à mais-valia gerada no setor produtivo consiste em considerar uma espécie de capital constante, posto que se tornaram tão necessários para a produção capitalista como as próprias máquinas. Nessa forma de tratamento, a incorporação dos gastos improdutivos ao capital constante traduz-se na elevação da composição orgânica do capital e, portanto, numa correspondente redução da taxa de lucro.

Entre as inovações ocorridas ultimamente na economia manufatureira, salienta-se o crescente papel do conhecimento, acumulado à base de pesquisa e desenvolvimento, como fator de produção. A luta entre o capital e o trabalho e a competição intercapitalista explicam o constante esforço dirigido no sentido da substituição de trabalho vivo por trabalho morto na produção. Agora, um novo passo nessa direção vem ocorrendo em consequência da automação das fábricas com robôs e máquinas-ferramenta de controle numérico. A crescente participação dos custos do conhecimento na determinação do custo de produção é um reflexo da corrida em busca de mais elevados índices de produtividade, que se tornaram essenciais para o enfrentamento da competição no mercado mundial. O capital investido em conhecimento — isto é, pesquisa, desenvolvimento e experimentação — também pode ser tomado como capital constante, que, como tal, tem o efeito de elevar a composição orgânica do capital.

Uma outra questão, que por sua importância merece ser lembrada embora sumariamente, é a referente às implicações do domínio da revolução científico-técnica pelas grandes corporações. Movidas pela competição intercapitalista, essas corporações se voltam para uma inusitada aceleração do progresso técnico. A incessante corrida do capital em busca de inovações tecnológicas é a causa de uma obsolescência antecipada dos meios de produção, que se converte em generalizada e permanente. Como tal, ela pode ser prevista estatisticamente, permitindo a estipulação de fundos de reserva que são subtraídos ao lucro global, incorporando-se "a priori" ao preço de custo (Aglieta, 1986, p.85-6). A obsolescência antecipada não é propriamente uma necessidade tecnológica, senão que resulta da interação das estratégias das grandes corporações em sua luta pelo controle da tecnologia, das matérias-primas do mercado, etc. A obsolescência antecipada é, sem dúvida, um fator agravante da tendência à elevação da composição orgânica do capital, uma vez que ela tem o efeito de conceder um tempo menor para a realização do valor investido em máquinas e equipamentos.

Uma continuada inovação tecnológica maciça só pode ser realizada pelas grandes corporações. Assim mesmo, a permanente desvalorização do capital fixo nas atuais condições da concorrência intercapitalista pode pôr em jogo tais volumes de capital a ponto de sobrepassarem a capacidade das corporações de criá-los com base em seu próprio processo de acumulação. Então, a substituição do capital fixo obsoleto obriga as corporações a recorrerem a empréstimos no mercado financeiro. O empresário capitalista (prestamista) toma emprestado o capital dinheiro, pagando ao dono deste (prestatário) o juro correspondente. O juro é a parte do lucro que o capitalista industrial repassa ao dono do capital dinheiro. Assim, o lucro global gerado na produção desdobra-se em lucro líquido do empresário industrial e em juro do capital dinheiro. A proporção segundo a qual é feita essa repartição depende da correlação entre a demanda e a oferta do capital dinheiro no mercado financeiro. Chama-se taxa de juro a relação entre a soma paga a título de juro e o montante do capital dinheiro emprestado; assim, o limite superior da taxa de juro é a própria taxa de lucro. A divisão do lucro bruto em lucro líquido do empresário industrial e em juro significa que a valorização do capital a juros — por maior que seja a autonomia deste último — é inseparável da valorização do capital produtivo. O crescente recurso a empréstimos nos mercados financeiros, afora elevar a taxa de juros, incrementa o preço de custo e reduz a lucratividade do capital produtivo.

Em conclusão, podemos reiterar algumas observações já anteriormente assinaladas a propósito da lei da tendência declinante da taxa

de lucro. O movimento da taxa de lucro é, como vimos, o resultado da conjunção dos efeitos das variações da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital. Não se pode, a rigor, postular que o movimento da taxa de lucro descreve, historicamente, uma linha continuamente descendente. A determinação da taxa de mais-valia é algo que se decide no plano da luta de classes, isto é, segundo a correlação das forças do patronado e do proletariado dos pontos de vista econômico, político e ideológico. Quanto à evolução da composição orgânica do capital, a concepção de uma linearidade regularmente ascendente só serviria para sustentar uma concepção catastrofista do colapso do capitalismo como um evento independente da luta de classes. No contexto de um novo padrão tecnológico com máquinas motrizes e fontes de energia mais avançadas, enquanto as inovações de base ainda estão na sua fase inicial de difusão, é possível que se observem poupanças tanto do capital constante como do capital variável; então, a composição orgânica do capital pode manter-se inalterada ou, mesmo, baixar temporariamente. Mas, a partir do momento em que as potencialidades do padrão tecnológico começam a se esgotar, não mais propiciando senão inovações de aperfeiçoamento, a elevação da composição orgânica do capital pode se tornar crítica do ponto de vista da rentabilidade do capital e, portanto, da acumulação. A isso se acresceram, finalmente, os efeitos de uma série de fatores que pressionam a taxa de lucro para baixo: a renda da terra, a renda das "terceiras pessoas"; os gastos improdutivos nas áreas da circulação, finanças, publicidade, etc.; a remuneração dos "funcionários do capital" nas gerências das grandes corporações; os custos referentes à aplicação do conhecimento, em forma de pesquisa, desenvolvimento e experimentação, no processo técnico; a criação de fundos de reserva para enfrentar a obsolescência antecipada, etc. Tudo isso não pode deixar de reduzir a lucratividade do capital produtivo, acentuando criticamente a tendência declinante da taxa de lucro.

3 — O caráter cíclico da acumulação do capital

Segundo Marx enfatiza em *O Capital*, a acumulação — isto é, a continuada incorporação da mais-valia ao capital preexistente, à medida que vai sendo criada pelo trabalho não pago — é o objetivo central e a razão determinante da produção capitalista. Mas, para o desconforto dos capitalistas, o processo da acumulação não tem uma sequência continuada e uniforme. Pelo contrário, a acumulação do capital tem um caráter cíclico; cada ciclo comporta uma primeira fase de expansão e uma segunda fase de contração da produção de mercadorias e,

pois, da geração de mais-valia. Tem-se, correspondentemente, um movimento cíclico de expansão e contração da taxa de lucro e, conseqüentemente, da valorização do capital. Na fase de ascensão do ciclo econômico, há um incremento tanto da massa quanto da taxa de lucro e, com isso, um incremento tanto do volume quanto do ritmo da acumulação; já na fase de descenso do ciclo, a massa e a taxa de lucro decrescem e, por via de conseqüência, declinam o volume e o ritmo da acumulação. Em suma, o ciclo econômico é constituído de uma fase de aceleração e outra sucessiva de desaceleração da acumulação. Isto é, em certo ponto da fase ascendente, a valorização do capital começa a ser obstaculizada, de sorte que a taxa de lucro entra em declínio. Cria-se, então, uma situação de superacumulação de capital: uma parte do capital acumulado já não consegue ser investido a taxas de lucro satisfatórias. Na fase de desaceleração, o capital é desvalorizado e, mesmo, destruído parcialmente, favorecendo, assim, o restabelecimento da lucratividade do capital socialmente disponível.

A totalidade do ciclo econômico compreende um processo encadeado de acumulação acelerada do capital, de superacumulação de capital e de acumulação desacelerada de capital e investimentos. As crises econômicas, que são mesmo consideradas normais no desenvolvimento da produção capitalista, resultaram exatamente das dificuldades periódicas temporárias no processo de valorização do capital, que provocam o declínio da taxa de lucro a níveis insatisfatórios da rentabilidade do capital. De fato, desde seus primórdios, a produção capitalista tem convivido com crises econômicas de amplitude, profundidade e duração variáveis.

Crises parciais, atingindo apenas ramos isolados da produção, já ocorreram na Inglaterra, em fins do século XVIII e começos do século XIX. A primeira crise industrial que chegou a abranger o conjunto da economia inglesa foi em 1826. A crise de 1836, também na Inglaterra, teve repercussões nos Estados Unidos e na França. A primeira crise que atingiu amplitude mundial foi a de 1847-48, que se propagou pelos Estados Unidos, Inglaterra e países do continente europeu. O período dos anos 20 aos anos 40 do século XIX é considerado como constituindo a Primeira Grande Depressão da economia capitalista. Uma particularidade digna de registro é o fato de que a recuperação dessa grande depressão coincide com a substituição da manufatura pela maquinofatura. Na esteira da Revolução Industrial, consolida-se o padrão tecnológico à base do ferro, do carvão, da máquina a vapor e das ferrovias e embarcações de ferro. A Inglaterra, berço da Revolução Industrial, assume, com base nesse padrão tecnológico, a posição de potência hegemônica mundial.

Já na segunda metade do século XIX, sucederam-se as crises de 1857, 1866, 1873, 1882 e 1890. A crise de 1857 estendeu-se pelos principais países da Europa e da América. O período mais agudo dessas sucessivas crises da segunda metade do século XIX foi o de 1873 a 1890, que se constituiu na Segunda Grande Depressão do fim do século XIX. Pela primeira vez, o epicentro da crise deslocou-se da Inglaterra para o continente europeu. Foi um período de profunda reestruturação do sistema capitalista. A concentração e a centralização do capital desembocam no capitalismo monopolista, e instaura-se o padrão tecnológico à base do aço, do petróleo, do motor à combustão interna, do motor elétrico e da indústria química.

Na passagem para o século XX, houve a crise de 1900-03, que começou na Rússia e se propagou por toda a Europa. Em seguida, sucederam-se desequilíbrios menores em 1907 e 1913. O período de 1914 a 1945 incluiu as duas guerras mundiais e, entre essas, a terceira grande depressão: a Grande Depressão dos anos 30. Após uma recuperação parcial em 1936, em parte alcançada com a ajuda das políticas keynesistas dos gastos públicos — nos Estados Unidos com o **New Deal** e na Alemanha e na Itália com as políticas de preparação bélica —, e do surto de uma nova onda recessiva em 1937, a crise propagou-se pelo resto da década, sendo finalmente cortada pela deflagração da II Guerra Mundial em 1939. A Grande Depressão dos anos 30 não pode ser datada univocamente em virtude da intercalação das duas guerras mundiais, da mudança da estrutura do mercado mundial e do surgimento da União Soviética em 1917. De qualquer modo, o ápice da depressão ocorreu após 1929, e a recuperação deu-se só após a II Guerra Mundial.

A reestruturação do mercado mundial no pós-guerra realizou-se sob o signo da **"Pax" americana**, ou seja, com os Estados Unidos elevados à condição de grande potência hegemônica. À recuperação econômica dos países atingidos pelas hostilidades seguiu-se um longo período de expansão capitalista até pelo menos meados dos anos 60, quando começaram a se manifestar os primeiros sinais de declínio da produtividade e dos investimentos nos principais países industrializados. Coincidindo com o enfraquecimento da hegemonia dos Estados Unidos, a expansão econômica do segundo pós-guerra vai perder sua dinâmica inicial nos anos 70. À recessão de 1973 a 1975, considerada a mais grave após a Grande Depressão dos anos 30, sucedeu-se a recuperação pouco satisfatória de 1975 a 1979. A recessão iniciada em 1979 projetou-se pela década de 80 adentro. Em 1983, a economia mundial voltou a crescer, seguindo-se quase sete anos de expansão razoável, apenas tumultuada momentaneamente pelo craque da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 27 de outubro de 1987. Todavia, no decurso de 1990, voltam a se manifestar sinais de

deterioração da economia global. Em resumo, a partir dos anos 70, após o longo período de expansão do pós-guerra, o processo de acumulação do capital vem atravessando um prolongado período de dificuldades, entremeados de ciclos de recuperação, expansão, estagnação e recessão, enfim um período por muitos considerado como a "quarta grande depressão".

Esse breve histórico das crises econômicas deixa perfeitamente evidenciada a existência de um movimento cíclico de pequenas ondas que se repetem a cada cinco, sete ou mesmo 10 anos. Mas, afora esses pequenos ciclos, os dados empíricos revelam ainda a presença de ciclos econômicos mais extensos — as ondas longas — com a duração de aproximadamente 40 a 50 anos. Assim, ter-se-ia, mais propriamente, uma sucessão de ciclos longos, cada um destes associado a uma sucessão de pequenos ciclos. Os pequenos ciclos podem ser interpretados como períodos de dificuldades no processo de acumulação relacionados com as contradições inerentes à produção capitalista, que ainda podem ser superadas na abrangência do grande ciclo vigente. Já os grandes ciclos, que os teóricos das ondas longas relacionam aos padrões tecnológicos vigentes, se sucedem como consequência das "revoluções técnico-científicas", principalmente no referente às fontes e à produção de energia. Podem ser enumeradas as seguintes revoluções tecnológicas na história da produção capitalista desde a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII: a) a produção de motores a vapor a partir de 1848; b) a produção mecânica de motores elétricos e de combustão interna a partir dos anos 90 do século XIX; c) a produção de equipamentos eletrônicos e a utilização da energia atômica via fissão do urânio desde os anos 40 do século XX.

Um aspecto importante a considerar, a propósito das crises periódicas no âmbito de um ciclo longo, é que as próprias condições geradas pelo desenvolvimento delas podem atuar no sentido da restauração de condições favoráveis à retomada da acumulação a um patamar de lucratividade razoável, através do desencadeamento de mecanismos elementares, isto é, espontâneos. A drástica redução da taxa de lucro, que é expressão da crise, elimina as unidades de capital economicamente mais débeis na medida em que seus negócios se tornam insolventes e vão à falência. O capital pouco produtivo é varrido do mercado, de sorte que o capital remanescente passa a se situar a um nível social de maior lucratividade em comparação com o anterior à crise. Além disso, os capitalistas em estado falimentar são compelidos a vender seu capital fixo (máquinas, instalações, etc.) a preços rebaixados; essa desvalorização repercute reduzindo a composição orgânica do capital e, portanto, favorecendo a elevação da taxa de lucro. Por fim, a formação de grandes contingentes de trabalhadores lançados no desemprego e in-

corporados ao exército de reserva de mão-de-obra, durante a fase mais aguda da crise, permite aos capitalistas aviltarem os salários e, conseqüentemente, aumentarem a taxa de exploração, isto é, a taxa de mais-valia. No momento em que esse mecanismo espontâneo consegue restabelecer a vigência de uma taxa de lucro satisfatória, a acumulação é retomada e a crise termina. As crises preparam, assim, os pressupostos para uma nova fase de acumulação. Todavia as contradições inerentes à produção capitalista subsistem e vão engendrar, mais adiante, novas crises, que, portanto, são constitutivas do sistema.

A teoria das crises econômicas periódicas é inseparável da teoria da acumulação do capital. Isso não significa que as crises sejam um fenômeno puramente econômico; na verdade, elas têm conotações políticas e sociais que não devem ser ignoradas. Todavia a razão imperativa da análise econômica das crises é que estas são efetivamente geradas, antes de mais nada, no plano da economia, e, como tal, a análise deve partir da avaliação de certos momentos de aguçamento das contradições nesse plano (Altwater, 1987, v.8, p.83-4). Marx não chegou a formular uma teoria específica, perfeitamente explicitada, sobre as crises econômicas periódicas. Posteriormente, as controvérsias sobre o assunto no campo do marxismo conduziram a duas versões teóricas: a versão subconsumista, que relaciona a superprodução de mercadorias a uma limitação do poder de compra dos trabalhadores; e a versão vinculada à lei da tendência declinante da taxa de lucro, que localiza a causa das crises não na esfera da circulação, mas na esfera da produção, mais concretamente na elevação da composição orgânica do capital. É possível encontrar em Marx traços isolados com conotação subconsumista. Mas Marx não chegou a elaborar uma teoria acabada sobre as crises. Conforme já vários autores observaram, a rigor Marx não deve ser situado na versão subconsumistas, pois, independentemente do significado de algumas citações isoladas, a coerência interna dos argumentos de Marx sobre as crises volta-se indiscutivelmente para a tendência declinante da taxa de lucro.

Coerentemente, a elaboração de uma teoria marxista das crises econômicas cíclicas deve assentar-se na relação entre a tendência declinante da taxa de lucro e a dinâmica da acumulação do capital. Em suma, em certos momentos da produção capitalista, o processo de acumulação defronta-se com obstáculos ou impedimentos capazes de afetar a lucratividade do capital, que, não sendo resultantes da ação de fatores exógenos, têm de ser considerados como fenômenos gestados pela própria dinâmica do processo de acumulação. Então, a retomada da acumulação pressupõe a superação daquelas dificuldades por algum modo.

Uma teoria das crises baseada nos postulados da economia marxista deve partir do princípio de que, no processo de valorização do capital, vigoram forças intrínsecas que tendem a elevar a composição orgânica do capital. A acumulação do capital conduz à elevação da composição orgânica do capital como um fenômeno tendencial determinado pela resistência da classe operária à exploração, pela competição intercapitalista e pelo desenvolvimento das forças produtivas. A elevação da composição orgânica do capitalismo faz declinar a taxa de lucro, a menos que, paralelamente, a taxa de mais-valia seja incrementada numa proporção que contrabalance o efeito da elevação da composição orgânica do capital. Em outras palavras, a taxa de lucro declina, efetivamente, sempre que, havendo uma elevação da composição orgânica do capital, não ocorre incremento da taxa de mais-valia ou que o incremento havido não tenha sido suficiente para compensar o efeito da elevação da composição orgânica do capital. Então, no momento em que o declínio da taxa de lucro não mais pode ser freado com as taxas de mais-valia prevalecentes, deflagra-se a crise. A deflagração da crise, em outras palavras, é o resultado da ascensão da luta de classes enquanto impede a criação de mais-valia em escala ampliada à base dos processos de trabalho vigentes (Aglieta, 1986, p.309).

Desde meados dos anos 70 — isto é, a partir do fim do período de prosperidade do segundo pós-guerra —, cresceu notavelmente o interesse pelas teorias das ondas longas, também conhecidas como "ciclos longos de Kondratiev", em homenagem ao economista russo desse nome, que morreu exilado na Sibéria, na década de 30. N. D. Kondratiev, que chegou a ser Vice-Ministro da Alimentação no governo provisório de Kerenski e muito contribuiu para a divulgação da idéia dos longos períodos de acumulação do capital, fundou, em 1920, um instituto oficial, em Moscou, com a finalidade de colher informações para fundamentar sua teoria dos ciclos longos. Via de regra, reconhece-se que Kondratiev superestimou a relação entre a flutuação dos preços e o desenvolvimento econômico no sentido geral. Embora ele tenha chegado a considerar o desenvolvimento tecnológico como fator importante na determinação dos grandes ciclos, estima-se que não deu àquele fator a devida importância.

Já a teoria dos ciclos longos, desenvolvida por J. A. Schumpeter em 1939, procurou explicar o crescimento econômico especialmente em função das inovações tecnológicas (Schumpeter, 1939). O primeiro ciclo longo ter-se-ia baseado na difusão da máquina a vapor e nas inovações técnicas introduzidas na indústria têxtil por volta do fim do século XVIII; o segundo ciclo longo foi atribuído principalmente à propagação das ferrovias e às mudanças com elas associadas na engenharia mecânica

e nas indústrias do ferro e do aço; e, por fim, o terceiro ciclo estaria relacionado com o advento da energia elétrica, do motor à combustão interna e da indústria química. A saturação do mercado e a aproximação do padrão tecnológico a seus limites, bem como os efeitos competitivos determinados pelo afluxo de concorrentes e de variações nos custos dos insumos, são indicados como elementos que pressionam no sentido da redução da lucratividade e de novos investimentos. Esse processo de maturação é dado como durando comumente várias décadas. O ponto de inflexão superior do ciclo é dado pelo desaparecimento da lucratividade, ao passo que o ponto inferior seria após a superação criadora da depressão. Para Schumpeter, a solução reestruturadora desponta quando novos bens de consumo e novos métodos de produção e transporte surgem, quando novos mercados se abrem e quando acontecem rupturas nas formas da organização industrial.

O caminho aberto por Schumpeter, associando as recuperações dos ciclos longos à introdução de inovações tecnológicas, foi posteriormente trilhado por outros autores. É o caso, por exemplo, de G. Mensch, que voltou sua atenção para o fato de que as "inovações básicas", como ele as chama, podem agrupar-se de modo a gerarem saltos excepcionais de crescimento, alternados com períodos de recessão. Mensch formulou a teoria segundo a qual tais inovações básicas ocorrem em décadas de profunda depressão, como foram as de 1830, 1880 e 1930. Na fase crítica do ciclo longo, iniciada com a depressão e prosseguindo até o fim desta, a economia não teria outra saída a não ser a criação de inovações básicas, capazes de alterar substancialmente a direção do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, criar novos setores de ponta para a sustentação da fase ascendente posterior. Então, face ao "impasse tecnológico", a inovação torna-se "uma necessidade econômica, uma imposição" (Mensch, 1975, p.16). Uma das críticas dirigidas a Mensch é que ele não apresenta um claro critério para distinguir as inovações básicas das simples inovações de melhoria de produtos e dos processos de produção. Também é passível de crítica a postulação de que as inovações básicas — isto é, aquelas que podem romper o "impasse tecnológico" e criar as condições para um novo auge econômico — seriam "induzidas" pela depressão. Ora, essa suposta indução faz caso omisso da relação que deve existir entre o avanço dos conhecimentos científicos pertinentes e as possibilidades reais da implementação de um pacote de inovações tecnológicas.

De fato, a depressão pode atuar como um acicate para a busca de inovações tecnológicas. Mas estas não são necessária e simplesmente induzidas pelas depressões. Na verdade, as inovações tecnológicas estão condicionadas ao avanço dos conhecimentos científicos fundamentais

e ao estágio do trabalho de pesquisa e desenvolvimento com vistas às aplicações práticas propiciadas pelo progresso científico. O necessário pacote dos novos conhecimentos científicos pode não estar ainda suficientemente amadurecido; além disso, a conversão deles em novas tecnologias não é, geralmente, imediata, podendo demandar um tempo mais ou menos prolongado. Por exemplo, a fusão do hidrogênio, esperada como uma nova fonte de energia, deverá levar, segundo os especialistas, ainda três a cinco décadas para produzir eletricidade competitivamente frente às fontes convencionais de energia. Ademais, as inovações tecnológicas não são desejáveis por serem novas, mas na medida em que possam assegurar uma maior produtividade do trabalho.

Na abordagem de E. Mandel a respeito das ondas longas, o movimento da taxa de lucro é colocado em posição de centralidade na discussão do processo de acumulação. Ora, o movimento da taxa de lucro depende da combinação dos movimentos da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital, bem como da velocidade da rotação do capital. Em função de condicionamentos historicamente determinados, a resultante dos efeitos das variações dos mencionados fatores sobre a taxa de lucro traduz-se positivamente, numa expansão mais prolongada ou, negativamente, numa longa depressão. Segundo Mandel, uma onda longa de crescimento expansivo seria sempre iniciada por fatores exógenos, ao passo que a mudança de direção para a estagnação seria ocasionada endogenamente pelo acirramento das contradições inerentes ao processo de acumulação do capital (Mandel, 1980). Dentre os impulsos exógenos capazes de estimular um crescimento expansivo, um papel importante é atribuído às inovações tecnológicas. É óbvio que um avanço tecnológico só poderá ocasionar uma recuperação prolongada na medida em que incrementar acentuadamente a taxa de mais-valia e/ou reduzir significativamente a composição orgânica do capital. É claro que, além disso, é preciso dispor dos recursos monetários para a realização dos investimentos.

Mandel enumera a sucessão de quatro ciclos de grande duração ao longo da história do capitalismo (Mandel, 1982, p.83):

- a) o período que se estende do fim do século XVIII à crise de 1847, caracterizado pela gradual propagação da máquina a vapor de fabricação manual ou manufatureira a todos os ramos industriais e às mais importantes regiões industriais, é a primeira onda longa, diretamente vinculada à Revolução Industrial, cuja trajetória na Inglaterra se estendeu do último terço do século XVIII até fins do primeiro quartel do século XIX;

- b) o período que vai da crise de 1847 ao início da década de 90 do século XIX, no qual se generaliza o uso da máquina a vapor já de fabricação mecânica como principal máquina motriz, foi a segunda onda longa, então vinculada à primeira revolução científico-técnica;
- c) o período situado entre o começo de 1890 e a I Guerra Mundial, em que se generaliza o uso dos motores elétricos e a combustão interna em todos os ramos da indústria, constitui a terceira onda longa, fruto, por sua vez, da segunda revolução científico-técnica;
- d) e, finalmente, o período iniciado nos países industrializados em 1945-48, caracterizado pela introdução do controle das máquinas mediante dispositivos eletrônicos e pelo recurso à energia nuclear baseada na fissão do urânio, é a quarta onda longa, correspondente à terceira revolução científico-técnica.

Mandel (Mandel, 1982, p.84) chama atenção para o fato de que cada uma das três revoluções científico-técnicas assenta-se na adoção de uma nova fonte de energia e na produção de novas máquinas motrizes. De fato, é importante observar que a generalização do uso da máquina a vapor, no segundo ciclo longo, e a introdução dos motores elétricos e à combustão interna, no terceiro, desempenharam um papel decisivo, ao propiciarem um notável incremento da produtividade do trabalho. Todavia, quanto ao quarto ciclo longo, a introdução do uso da energia nuclear à base da fissão do urânio não teve o efeito de deslocar as fontes convencionais de energia; isto é, a energia nuclear é usada apenas complementarmente. Os custos de geração daquela energia nuclear compararam-se aos da geração das formas de energia convencionais (fósseis, desníveis hídricos, etc.). Em suma, o uso complementar da energia nuclear não representou um elemento substancial na determinação dos custos de produção e, portanto, da taxa de lucro. Embora alguns países não tenham opção, muitos observadores são de opinião que a geração de energia via fissão nuclear redundou em fracasso.

Mandel divide os desdobramentos dos ciclos longos em duas partes (Mandel, 1982, p.84-5). Na primeira fase, em que a tecnologia é efetivamente revolucionada, são criados os locais da produção e satisfeitas as exigências preliminares dos novos meios de produção. A primeira fase é caracterizada por uma taxa de lucro ampliada, acumulação franca e acelerada. Na segunda fase, quando já se efetivou a transformação real na tecnologia produtiva, segue-se a ampliação ou o aperfeiçoamento em termos quantitativos, isto é, a universalização do uso das

inovações tecnológicas em todos os ramos da produção. São enumeradas as seguintes seqüências para os quatro períodos longos: a) crescimento acelerado até 1823 e desacelerado entre 1824 e 1847; b) acelerado entre 1848 e 1873 e desacelerado entre 1874 e 1893; c) acelerado entre 1894 e 1913 e desacelerado entre 1914 e 1939; d) acelerado entre 1940 e 1945 e entre 1948 e 1966, com subsequente desaceleração. Na concepção mandeliana, os ciclos longos são concebidos como sempre se articulando com as flutuações dos ciclos curtos.

Uma notável contribuição teórica ao estudo da "realidade" das crises foi aportada por E. Altvater, ao insistir que as mesmas devem ser explicadas considerando-se todas as contradições concretas sob as quais se desenvolve a relação capitalista (Altvater, 1987, p.91-5). Em virtude do predomínio estrutural da economia, a crise é gerada essencialmente no plano econômico, mas ela é também social e política. Todavia nem sempre a problematização da acumulação do capital se evidencia como um processo social, pois a crise pode não assumir o caráter de um conflito capaz de ameaçar a continuidade do sistema. Eis que a exploração da força de trabalho e a correlata acumulação de capital podem ter lugar ao abrigo do consenso dos explorados. O processo da acumulação é, via de regra, socialmente viabilizado através de variadas estratégias político-ideológicas, tais como: as legitimações ideológicas da própria relação de exploração, constantemente geradas e reproduzidas na sociedade burguesa; a mistificação da relação de exploração mediante a difusão de idéias como "salário justo" e outras afins; a ocultação da relação de exploração por meio de seu encobrimento com o manto de uma falaz relação contratual paritária; as intervenções mediadas pelo Estado nos conflitos entre o capital e o trabalho, em que o mediador assume a postura de um ente neutro face às partes em litígio. No contexto da crise, o Estado é sobretudo um elemento mediador entre o processo econômico de acumulação e a regulação social do consenso. Porém o sistema de acumulação e de regulação do consenso não é necessariamente estável em qualquer circunstância, podendo os interesses sociais e as organizações que os representam serem afetados ou mesmo sofrerem um processo de deterioração. Então, o aparelho estatal é levado a incrementar as formas de intervenção nos planos econômico, social e político. Caso o esforço no sentido da adequação à realidade da crise não se traduzir no restabelecimento de um novo equilíbrio entre as forças sociais envolvidas — isto é, a restauração do consenso —, as próprias instituições da democracia burguesa podem ceder espaços às tendências autoritárias em defesa dos interesses da acumulação do capital na forma de repressão aberta por parte dos aparelhos de Estado.

Segundo Altvater, no caso das pequenas crises, o equilíbrio sempre precário das contradições sociais e dos condicionamentos sociais e

políticos no contexto das formas vigentes dos compromissos sociais encontra-se ameaçado; mas ainda pode ser restabelecido enquanto a perturbação é apenas parcial. Já as grandes crises são vistas diferentemente por Altvater num ensaio posterior. Os compromissos sociais chegam a um limite e não mais são capazes de desempenhar sua antiga função, conduzindo, assim, a um "rompimento estrutural" no processo evolutivo da sociedade (Altvater, 1983, p.16). O rompimento estrutural ocorre quando "(...) os momentos de crise chegam a articular-se em formas políticas e sociais" (Altvater, 1983, p.17). Ao rompimento estrutural segue-se uma longa depressão, com a destruição de antigas formas de relações sociais e a estruturação de outras novas. A reestruturação envolverá destruição no sentido material (destruição e desvalorização de capital, por exemplo) e eliminação de estruturas históricas de compromisso até então vigentes. Segundo Altvater (Altvater, 1983, p.16), essa reestruturação costuma ser acompanhada de conflitos sociais mais ou menos agudos, "(...) que se prolongam até o estabelecimento de um novo consenso".

É óbvio que o estabelecimento de um novo tipo de consenso pode ser decisivo para a efetivação de uma saída burguesa à crise. Mas também não é certo que o patronato possa sempre acabar contando com a disposição dos explorados em favor de um novo consenso. A solução burguesa à crise, com base num novo consenso, não pode ser encarada como resultado obrigatório do "rompimento estrutural" a que alude Altvater. É que a luta de classes pode sofrer um agravamento radical e, em princípio, desembocar na insubordinação social das massas exploradas, se as condições subjetivas político-sociais no campo das forças do trabalho forem tais que o proletariado possa tomar a ofensiva. Em outras palavras, um "rompimento estrutural" não implica necessariamente uma reestruturação sempre nos marcos do capitalismo. Altvater tem razão ao admitir que a produção capitalista pode conduzir, através de longos períodos de várias décadas, a um forte acirramento de suas contradições, capazes, entretanto, de serem abrandadas no decurso de crises ou depressões profundas, amplas e prolongadas. No seu entender, "(...) o conceito de reestruturação aponta para a perspectiva de uma revolução das formas de dominação, radical apesar de ocorrer dentro do capitalismo" (Altvater, 1983, p.23). Ora, se isso acontecer, é porque, no plano da luta de classes, a ofensiva do capital redundou numa nova derrota política do proletariado, a exemplo das sofridas nas décadas de 20 e 40 deste século. Na verdade, o que as grandes depressões colocam recorrentemente na ordem do dia é o dilema da saída burguesa ou da saída proletária, pois o contrário seria atribuir à ordem capitalista o caráter metafísico da perpetuidade.

Bibliografia

- AGLIETA, M. (1986). **Regulacion y crisis del capitalismo.** 3.ed. México, Siglo XXI, p.85-6.
- ALTVATER, E. (1983). O capitalismo em vias de recuperação? Sobre a teoria das "ondas longas" e dos "estágios". **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 3(2):5-30.
- (1987). A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise. In: HOBBSAWN, E. J. **História do marxismo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GUILLÉN, A. (1981). **Imperialismo y lei del valor.** Nuestro Tiempo. p.243.
- MANDEL, E. (1982). **O capitalismo tardio.** São Paulo. Abril, p.83.
- (1980). **Long waves of capitalism development: the marxist interpretation.** Cambridge, Paris.
- MARX, K. (1931). **El capital.** Madrid, Aguilar. p.1099.
- MENSCH, G. (1975). **Das technologische Patt, Innovationen Überwinden die Depression.** Frankfurt, Verlag. p.16.
- SCHUMPETER, J. A. (1939). **Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process.** New York, McGraw-Hill.